



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENTA
PABX (16) 3173 7200

Igarapava/SP, 02 de maio de 2024.

Of. 292/2024.

Ref.: Projeto de Lei Complementar nº 06/2024.

REGIME DE URGÊNCIA.

Excelentíssimo Senhor Presidente e Digníssimos Edis,

Venho, por meio deste, ingressar com o Projeto de Lei Complementar nº 06, datado de 02 de maio de 2024, intitulado "ALTERA, RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO, ACRESCENTA O PARÁGRAFO SEGUNDO DO ART. 126 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 56/2018 – QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Solicitamos, de acordo com o Art. 43 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município e o Art. 135, Inciso I do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Igarapava, que este Projeto de Lei seja apreciado em Regime de Urgência.

Agradecemos antecipadamente a acolhida e a atenção dispensada, colocando seu inteiro dispor, assim como dos demais nobres vereadores que integram esse Egrégio Poder Legislativo, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam surgir a respeito do Projeto de Lei em questão, devendo ser tramitado em Regime de Urgência.

Atenciosamente.

JOSE RICARDO

RODRIGUES

MATTAR:16207012860

Assinado de forma digital por JOSE

RICARDO RODRIGUES

MATTAR:16207012860

Dados: 2024.05.02 14:57:48 -03'00'

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPAVA

Protocolo 02.05.24.1515
Câmara Municipal de Igarapava
CNPJ 45.324.290/0001-60

Exmo. Sr. Carlos Roberto Rodrigues Lima

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Igarapava

Câmara de Vereadores de Igarapava

Câmara Municipal de Igarapava
Sílvia Maria Carrer
Assessora da Presidência



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DR. GABRIEL VILELA, 413-CENTRO – CEP 14540-000
CNPJ 45.324.290/0001-67 I.E. ISENT0
PABX (16) 3173 7200

Praça João Gomes da Silva, Centro, Igarapava/SP.

JUSTIFICATIVA

A revisão e renumeração do parágrafo único do Art. 126 da Lei Complementar nº 56/2018 são fundamentais para aprimorar a estrutura normativa, conferindo-lhe uma organização mais clara e eficiente. Esta medida visa aprimorar a compreensão do texto legal, facilitando sua interpretação e aplicação por parte dos cidadãos e das autoridades competentes.

No que diz respeito à alteração e acréscimo de parágrafo e novo Anexo, é crucial ressaltar que tais acréscimos são essenciais para enriquecer o arcabouço normativo e alinhá-lo às disposições da Lei Estadual nº 5.597, de 06 de fevereiro de 1987, detalhando e esclarecendo as condições para a instalação de indústrias na zona predominantemente industrial do município de Igarapava. Cada parágrafo novo traz consigo uma contribuição singular para o aprimoramento das disposições legais, estabelecendo critérios mais específicos e abrangentes que visam garantir a compatibilidade e a segurança ambiental das atividades industriais.

Ao incluir o parágrafo segundo, estabelece-se a permissão para instalação de indústrias nas referidas zonas em consonância com critérios e parâmetros da legislação estadual, sem prejuízo da autonomia municipal e sua competência suplementar, tudo de acordo com o grau de risco ambiental a serem devidamente licenciadas conforme a legislação estadual, notadamente a Lei Estadual n. 997, de 31 de maio de 1976. Essa disposição visa garantir que as atividades industriais sejam conduzidas de forma responsável e segura, em conformidade com as normas ambientais estabelecidas pelo Estado.

Portanto, a inclusão desses novos parágrafos representa um avanço significativo na regulamentação das atividades industriais no município de Igarapava, fortalecendo os princípios de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental.

Atenciosamente.

JOSE RICARDO RODRIGUES
MATTAR:16207012860

Assinado de forma digital por JOSE RICARDO
RODRIGUES MATTAR:16207012860
Dados: 2024.05.02 14:57:59 -03'00'

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Igarapava

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 02 DE MAIO DE 2024

FLS: 130

JOSE
RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:16
207012860

Assinado de forma
digital por JOSE
RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:1620701
2860
Dados: 2024.05.02
14:58:42 -03'00'

ALTERA, RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO, ACRESCENTA O PARÁGRAFO SEGUNDO DO ART. 126 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 56/2018 – QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava/SP, no uso das suas legais atribuições.

FAZ SABER QUE:

Art. 1º. Altera o inciso VII do caput e o parágrafo único do art. 126 da Lei Complementar Municipal 56, de 16 de maio de 2018, acrescentando-lhe novos parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 126 [...]

VII - Uso Industrial, que se subdividem em:

- a) zonas de uso estritamente industrial do tipo I (ZEI I);
- b) zonas de uso estritamente industrial do tipo II (ZEI II);
- c) zonas de uso predominantemente industrial do tipo I (ZUPI-I);
- d) zonas de uso predominantemente industrial do tipo II (ZUPI-II);
- e) zonas de uso diversificado do tipo I (ZUD-I);
- f) zonas de uso diversificado do tipo II (ZUD-II).

[...]

§ 1º. As zonas de uso predominantemente industrial destinam-se, sem prejuízo da instalação de estabelecimentos industriais de menor potencial poluidor, a localização daqueles cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, ainda contenham fatores nocivos, em relação às demais atividades urbanas.

§ 2º. Para efeito de sua localização nas diferentes categorias, as indústrias serão classificadas, conforme o grau de risco ambiental de sua atividade, nos seguintes tipos:

I - I1 - Indústrias virtualmente sem risco ambiental;

II - I2 - Indústrias de risco ambiental leve

III - I3 - Indústrias de risco ambiental moderado;

IV - I4 - Indústrias de risco ambiental alto;

V - I5 - Indústrias e pólos petroquímicos, carboquímicos e cloroquímicos, usinas nucleares e outras fontes não industriais de grande impacto ambiental ou de extrema periculosidade.

§ 3º. A localização das indústrias nas zonas industriais obedecerá aos seguintes critérios básicos:

I - ZE-I, apenas I5;

Prefeitura Municipal de Igarapava

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 02 DE MAIO DE 2024

FLS: 131

JOSE

RICARDO

RODRIGUES

MATTAR:16

207012860

Assinado de
forma digital por
JOSE RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:1620701
2860
Dados: 2024.05.02
14:58:55 -03'00'

- II - ZEI-II, I4, podendo I3, e I2;
- III - ZUPI-I, I3, podendo I2;
- IV - ZUPI-II, I3, podendo I2 e I1;
- V - ZUD-I, I2, podendo I1;
- VI -ZUD-II, apenas I1.

§ 4º. As indústrias, isoladas ou agrupadas, já existentes nas zonas industriais definidas de acordo com esta lei, serão submetidas a medidas especiais de controle e, nos casos mais graves, obrigadas à realocização.

§ 5º. As indústrias referidas no parágrafo anterior somente poderão ampliar as áreas construídas ou alterar o processo produtivo, se vierem a reduzir a desconformidade do estabelecimento industrial, quanto ao aspecto ambiental.

§ 6º. Para efeito de classificação das indústrias de que trata o artigo anterior, o risco ambiental é definido como a probabilidade de ocorrência de um efeito adverso, com determinada gravidade, e será graduado de acordo com os aspectos de periculosidade, nocividade e incomodidade do impacto industrial no meio urbano e ambiental.

§ 7º. Os impactos no meio urbano e ambiental podem ser:
I - Quanto à periculosidade:

- a) periculosidade de grau elevado, com riscos de desastres ecológicos ou grandes impactos ambientais sobre uma região (indústrias tipo I5);
- b) periculosidade de grau médio provocando grandes efeitos não minimizáveis, mesmo depois da aplicação dos métodos adequados de controle e tratamento de efluentes (indústrias tipo I4).
- c) baixo grau de periculosidade, produzindo efeitos minimizáveis pela aplicação de métodos adequados de controle e tratamento de efluentes (indústrias tipo I3).

II - Quanto à nocividade:

- a) nocividade de grau elevado, pela vibração e ruídos fora dos limites da indústria (indústria tipo I3);
- b) nocividade de grau médio, em razão da exalação de odores e material particulado (indústria tipo I3);
- c) baixo grau de nocividade, em razão dos efluentes hídricos e atmosféricos (indústrias tipo I2).

III - Quanto à incomodidade:

- a) elevado grau de incomodidade em razão do grande porte, em função do qual resulta intensa movimentação de pessoal e tráfego (indústria tipo I3);
- b) grau médio de incomodidade, apresentando movimentação tolerável de pessoal e tráfego, bem como níveis toleráveis de efluentes e ruídos (indústria tipo I2);
- c) baixo grau de incomodidade, com efeitos inócuos, independentemente do porte, compatíveis com outros usos urbanos (indústria tipo I1).

§ 8º. Além dos critérios baseados no impacto no meio urbano e ambiental, tratados no § 7º deste artigo, o risco ambiental também será graduado em função da duração e reversibilidade dos efeitos provocados pelos efluentes e possibilidade de prevenir os efeitos adversos, mediante o uso de dispositivos instaláveis e verificáveis.

Prefeitura Municipal de Igarapava

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 02 DE MAIO DE 2024

FLS: 132

JOSE
RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:16
207012860

Assinado de forma
digital por JOSE
RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:16207012
860
Dados: 2024.05.02
14:59:10 -03'00'

§ 9º. O órgão municipal de controle ambiental fixará índices quantitativos para aferição do risco ambiental, quanto aos seus aspectos de periculosidade, nocividade e incomodidade.

§ 10. Os critérios e parâmetros estabelecidos pelo órgão municipal de controle ambiental para graduação e aferição do risco ambiental, poderão considerar condições ambientais específicas de uma região, para efeito de localização de indústrias na zona adequada.

§ 11. As zonas de uso industrial, independentemente de sua categoria, serão classificadas, cosoante critérios e parâmetros para aferição dos graus de saturação fixadas em decreto, em:

- I - não saturadas;
- II - em vias de saturação;
- III - saturadas.

§ 12. Enquanto o órgão ambiental municipal não exarar os atos de que tratam os §§ 9º, 10 e 11 deste artigo, aplicar-se-á, em âmbito municipal, os atos correspondentes exarados pelo órgão ambiental estadual que estiverem em vigor.

Art. 2º. Cria Distrito Industrial inserido no Corredor Comercial e Industrial (CCI) do art. 117, insico I, alínea “c”, cujo croqui consta do Anexo I-A, com o seguinte zoneamento:

- I - Quadra A: ZE-I;
- II - Quadra B: ZUP I-II;
- III - Quadra C: ZUP I-II;
- IV - Quadra D: ZE-I;
- V - Quadra E: ZUP I-II;
- VI - Quadra F: ZUP I-II.

Art. 3º. Acrescenta o Anexo I-A à Lei Complementar nº 56, de /2018, referente ao Distrito Industrial inserido no Corredor Comercial e Industrial (CCI) do art. 117, insico I, alínea “c”, da referida lei complementar.

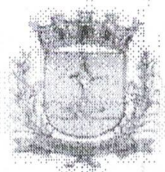
Art. 4º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Igarapava/SP, em 02 de maio de 2024.

JOSE RICARDO
RODRIGUES
MATTAR:16207012860

Assinado de forma digital por
JOSE RICARDO RODRIGUES
MATTAR:16207012860
Dados: 2024.05.02 14:59:21 -03'00'

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 171

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 056 - DE: 16-05-2018

pousadas, marinas, bares, restaurantes, lojas, centro de eventos, etc.

IV- Uso Ambiental que se destinam aos parques, bosques, centro de educação ambiental, hortos etc.

V- Uso Misto, que corresponde à associação de dois ou mais usos em um mesmo lote.

VI- Uso Institucional, que compreende os espaços e instalações destinadas à administração pública e às atividades de educação, cultura, saúde, assistência social, religião e lazer, com especial atenção na sua implantação quanto aos aspectos de segurança de seus usuários, e com relação àqueles relacionados com Usos Especiais no art. 129;

VII- Uso Industrial, que se subdivide em:

Não impactante: estabelecimentos cujo processo produtivo seja compatível com as atividades do meio urbano, não ocasionando, independentemente de usos de métodos especiais de controle da poluição, qualquer dano à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações vizinhas;

b-Impactante: estabelecimentos que, independentemente do seu porte, causem poluição atmosférica, hídrica ou sonora, e representem incômodo para as populações vizinhas, exigindo, no seu processo produtivo, instalação de métodos adequados de controle e tratamento de seus afluentes.

Parágrafo único: Pequenas indústrias não produtoras de ruídos, odores ou rejeitos poluentes são permitidos em todas as zonas, desde que apresentem autorização ou licenciamento ambiental aprovado pelos órgãos competentes, de acordo com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

Art. 127 – Visando à redução de impactos que quaisquer empreendimentos causem ao ambiente urbano, pela geração de efluentes de qualquer natureza, pela atração de pessoas ou demanda de área de estacionamento e pela necessidade de movimento de veículos para carga e descarga na área central, serão adotados os seguintes critérios:

- I. reserva de área para estacionamento, carga e descarga dentro dos limites do próprio terreno;
- II. implantação de sinalização dos acessos e das vagas de estacionamentos;
- III. definição de trajeto de acesso dos veículos pesados de forma a compatibilizar a circulação com o sistema viário existente;
- IV. atividades que geram riscos de segurança:
 - a- aprovação de projeto específico de Prevenção e Combate a Incêndio;
- V. para atividades geradoras de efluentes poluidores, odores e/ou gases:
 - a- tratamento da fonte poluidora por meio de equipamentos e materiais;
 - b- implantação de programas de monitoramento;



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 170

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 056 - DE: 16-05-2018

- e. Área do entorno do poço artesiano do Cel. Quito
- f. Prainha da ponte velha.
- g. Ponte Velha
- h. Fazenda Aliança
- i. Praça Sinhá Junqueira
- j. Praça Rui Barbosa
- k. Praça de Eventos
- l. Praça dos Quiosques
- m. Praça Jair Rodrigues
- n. Rodoviária velha
- o. Casa da Cultura
- p. Antigo posto fiscal da Via Anhanguera nova

TÍTULO VII - DA OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

CAPÍTULO I - DA SEDE DE IGARAPAVA

Art. 125- A ocupação e uso do solo em cada zona estão regulamentadas na classificação das atividades em categorias de uso e da sua distribuição entre as zonas.

Art. 126 - São as seguintes as categorias de uso:

- I- Uso Residencial, que se refere ao uso destinado à moradia, podendo ser:
 - a- Uso Residencial Unifamiliar, no caso de uma moradia por lote;
 - b- Uso Residencial multifamiliar, no caso de várias moradias por lote, sendo que, as moradias podem agrupar-se horizontalmente, em vilas ou casas geminadas, ou verticalmente, nos edifícios de apartamentos.
- II- Uso Residencial de Recreação, que se refere ao uso destinado à moradia, ou para recreação e lazer, podendo ser:
 - a. Unifamiliar, no caso de chácaras e ranchos;
 - b. Multifamiliar, no caso de loteamentos e ou condomínios de ranchos ou chácaras.
- III- Uso Econômico, que engloba as atividades de comércio e serviços, podendo ser:
 - a- De atendimento Local, atividades que se destinam ao atendimento das necessidades cotidianas da população, não produzindo poluição sonora, atmosférica ou ambiental de qualquer natureza, não conflitantes com o uso residencial;
 - b- De atividade geral, atividades cujos impactos sobre o espaço urbano sejam mitigados por dispositivos de controle da poluição sonora e atmosférica e da emissão de efluentes diversos.
 - c- De atividade turística que se destinam aos clubes em geral, hotéis,

ANEXO I-A

